

Políticas monetária e salarial podem definir tendência da economia

por Marilia Stabile
de São Paulo

As novas regras salariais e a condução da política monetária serão os fatores determinantes para se tentar estabelecer uma tendência da economia brasileira, nos próximos meses. E mais: a depender de suas definições e resultados, elas poderão garantir, ou não, um ambiente econômico que permita estabelecer um caminho para as chamadas mudanças estruturais, como uma ampla reforma fiscal. Estas últimas, de longa maturação, e as únicas a resgatar estabilidade da economia e retomada do desenvolvimento auto-sustentado ou financeiramente viável.

A análise consensual é de economistas, em sua maioria ex-integrantes do poder Executivo e com um traço em comum: na condição de consultores de grandes empresas, influenciam os chamados agentes econômicos. Eles concordam ainda em mais um ponto. O governo já ganhou um novo mês de trégua, o de julho, quando a inflação ficará muito próxima do resultado de junho, "pouco acima ou pouco abaixo".

Contribui para este diagnóstico não apenas a atual administração de preços como também o nível de demanda (ver matérias nesta página e página 13). "Ainda há espaço para o crescimento da atividade econômica sem causar grandes pressões inflacionárias", observa o economista da Universidade de São Paulo (USP), Antônio Lanzana. Com os dados da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) em mãos, lembra que existe capacidade ociosa nas empresas em torno de 30% e o mercado não consegue sancionar reajustes abusivos. "Sobe o preço e o impacto sobre as vendas é imediato", diz Lanzana, relatando avaliações de alguns empresários.

De fato, na ponta do varejo, o "comércio está razoavelmente contido", analisa o ex-secretário Nacional da Fazenda, Geraldo Gardenali, atual presidente da Ordem dos Economistas de São Paulo. O economista ressalta um dado de curto prazo: "Nos últimos 20 a 25 dias percebe-se um aperto de liquidez, com o comércio, de médio e pequeno porte, tendo dificuldades ou demorando no pagamento de seus compromissos".

Levando em conta estas condições de mercado, Lanzana e Gardenali não esperam surpresas em relação ao índice de inflação deste mês. Um percentual em torno dos 10% é o mais provável, próximo aos índices de junho. O último divulgado ontem, de 10,49%, correspondendo à inflação da classe média paulista, cujo salto em relação ao resultado de maio 6,83% refletiu basicamente o descongelamento dos preços.

Uma inflação ao redor dos 10% é, no entanto, um patamar alto às vésperas da discussão da nova política salarial cuja "grande batalha será entre indexação e desindexação", prevê



Maílson da Nóbrega

o ex-ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega. Obedecendo o mesmo calendário, aguarda-se também que o governo ofereça um cardápio atraente para que os cruzados novos, a serem liberados, não se dirijam ao consumo.

As indicações são de que o governo está preocupado em oferecer opções ao mercado, ressalta Maílson, analisando, no entanto, que, além da "batalha" da desindexação salarial, esta virá para saber "quem será mais competente, o Banco Central ou o comércio, na disputa dos cruzados". Um primeiro passo é deixar claro que os juros reais não serão negativos. Hoje são considerados "suficientes" analisam os economistas, mas, por causa do nível da demanda. Reconhecem, no entanto, que o governo já teria de estar sinalizando algo neste sentido.

"O ideal é que estes papéis já estivessem na rua para serem analisados pelo mercado" lembra Maílson. Lanzana concorda, complementando que a atual política monetária deveria estar um pouco mais apertada "se antecipando às pressões do segundo semestre". Entre elas, a certeza de que os superávits de caixa do Tesouro dificilmente ocorrerão a partir de setembro, quando os juros pagos pelos cruzados ao pouparador começarem a entrar em regime de caixa.

Com as dificuldades a serem enfrentadas no médio prazo, Maílson avalia que "ver estabilidade na frente é um sonho porque depende de reformas estruturais. Mas, o curto prazo pode ser administrado, criando o ambiente para as reformas onde a questão fiscal ainda está por ser resolvida".

INPC

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) poderá divulgar ainda nesta semana o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de julho, disse o secretário-adjunto da Secretaria Nacional de Economia, Antonio Maciel. É grande a preocupação de consultorias e bancos com o atraso na divulgação do índice, que corrige o balanço das empresas. O atraso se deve à greve dos servidores públicos, relata a editora Vera Saavedra Durão. Maciel admitiu estar o INPC de julho também sendo prejudicado pela paralisação, por falta de coleta de preços em São Paulo, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador e Recife. Estas cinco regiões metropolitanas somam juntas 65% no INPC.